

Para economistas, equilíbrio nominal exige juro menor

Cynthia Malta
De São Paulo

A área econômica do governo federal, que decidiu ontem aumentar o superávit primário de 4,25% para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, parece, de fato, inclinada a equilibrar as finanças públicas. Na semana passada, ao participar de um debate promovido pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, afirmou que, "daqui a pouco, poderemos ter superávit nominal, que é o que interessa".

Obter superávit nominal ou zerar o déficit nominal, de 3,33% do PIB no acumulado em doze meses até julho (um nível já próximo à meta fixada pelos países da União Européia), exigiria uma economia equivalente a R\$ 57,4 bilhões. Seria um esforço fiscal considerável, já que nesse conceito a diferença entre receita e despesa inclui o pagamento dos juros da dívida. Ou seja, teria que sobrar dinheiro no caixa depois de honrado o serviço da dívida. No conceito de superávit primário, o serviço da dívida não é contabilizado. O superávit primário em julho bateu em 4,65% do PIB, equivalente a R\$ 78,7 bilhões.

A observação de Mantega foi co-

memorada pelo ex-secretário paulista da Fazenda e professor da FGV, Yoshiaki Nakano. "Não é preciso nem ter superávit nominal. Zerar o déficit nominal já bastaria", disse Nakano, que deu um conselho ao ministro: "Se vocês têm essa intenção, adotem um discurso monotemático. Se vocês baterem na tecla do déficit nominal zerado, a sociedade vai entender isso e o governo Lula vai entrar para a História e colocará o país no rumo certo."

O ministro agradeceu a sugestão, lembrou que a palavra de ordem do governo é "crescimento sustentado", mas emendou: "É claro que você tem um crescimento maior se as contas públicas estiverem em ordem."

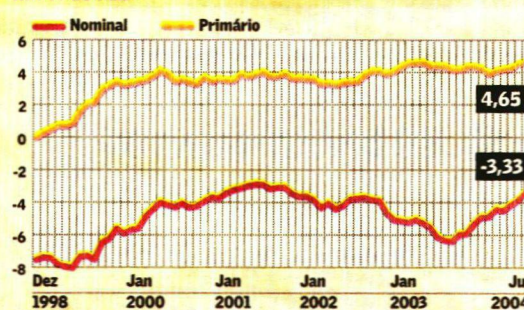
É difícil discordar do ministro. Finanças públicas equilibradas podem, de fato, gerar expansões econômicas mais robustas, de longo prazo. A discussão, feita por economistas ouvidos pelo Valor, é "como" chegar ao equilíbrio, ou ao déficit nominal zero, no jargão técnico. Cortar gastos correntes e reduzir o juro básico (a Selic) é a recomendação mais ouvida.

"É evidente que há espaço para cortar gastos. Há desperdício, uma burocracia imensa e excesso de gente", diz Nakano. O governo, su-

Setor público

Resultado total *, fluxo acumulado em 12 meses

Em % do PIB



Fonte: Banco Central e Valor Data. * Sem desvalorização cambial.

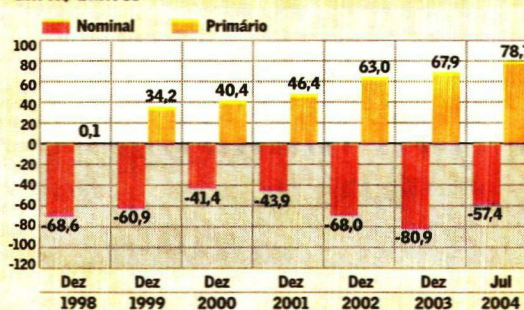
gere, deveria abrir um programa de demissão voluntária e renegociar preços com prestadores de serviços. Quando foi secretário da Fazenda do governo paulista, na gestão de Mário Covas, Nakano diz que reduziu em 35% as despesas relativas a contratos de serviços, como limpeza pública e fornecimento de comida em presídios.

Outro ponto importante, lembrou Nakano, foi abrir licitações tendo o projeto da obra a ser construída pronto e detalhado. "Se você apresenta apenas o projeto básico, abre espaço para o empreiteiro que venceu a licitação ficar acrescentando coisas e aí o preço sobe". Nakano deixou a Fazenda paulista no final de 2001 com cerca de R\$ 7

bilhões em caixa.

Para o professor Fernando Cardim de Carvalho, da Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a única forma "saúdável" de um país chegar ao déficit nominal igual a zero é aquela adotada pelos Estados Unidos nos anos 90, durante o governo do presidente Bill Clinton. "Com a economia crescendo fortemente, por conta de uma onda de investimentos apoiada nas inovações tecnológicas do setor de informática, a arrecadação de impostos subiu sem pressionar a renda agregada", diz. Em sua opinião, se a economia não estiver a pleno vapor, apertado de gastos ou aumento de impostos pressionaria a economia para baixo. "No caso ameri-

Em R\$ bilhões



cano, foi a economia crescendo que fez o déficit desaparecer".

É preciso lembrar que, no início de seu primeiro mandato, Clinton fez enorme esforço político e sofreu na época um grande desgaste, para passar no Congresso medidas necessárias à redução do déficit, primeiro, e à obtenção do superávit, depois. A eliminação do déficit nominal, nesse caso, também ajudou a reduzir juros e a estimular o crescimento econômico.

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira defende não a zeragem do déficit público nominal, mas a sua redução, em termos percentuais, para menos da metade do crescimento do PIB. "Ao mesmo tempo, seria preciso au-

mentar o investimento público. Entretanto, esses dois objetivos só fariam sentido se fossem combinados com a decisão estrutural de sair da armadilha da taxa de juros básica real mínima de 9%".

Segundo Bresser Pereira, o juro real deveria ser compatível com a classificação de risco do Brasil — "não mais do que 3% em termos reais." Se isso fosse feito, "o objetivo fiscal estaria automaticamente alcançado". A poupança pública cresceria e haveria recursos para aumentar os investimentos.

João Sicsú, também da UFRJ, diz que o controle das finanças públicas requer atenção ao déficit nominal, "mas somente teremos déficit nominal igual a zero se reduzirmos drasticamente a taxa de juros". Sua "fórmula" para zerar o déficit nominal em curto espaço de tempo é reduzir as despesas financeiras do governo, que seria efetuada via redução da taxa de juros, e aumentar a arrecadação de impostos, que seria resultante do crescimento da economia, alcançado graças à redução dos juros.

Cardim Carvalho concorda e chama atenção para o atual nível de atividade da economia brasileira. "Começar pelo ataque ao déficit público é abortar uma recuperação incipiente, a despeito de todos os fogos de artifício prematuros".